

**CAMINHOS PARA UMA NOVA PRÁTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC NO
BRASIL**

PATHWAYS TO A NEW PRACTICE FOR SUPERIOR EDUCATION
INTERNATIONALIZATION: THE CASE OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF ABC IN
BRAZIL

Raquel da Silva Santos

E-mail: raquel.brutus.silvasantos@gmail.com

Universidade Nove de Julho – UNINOVE

São Paulo – Brasil

Leonardo Raphael Carvalho de Matos

E-mail: leonardomatos.adv@hotmail.com

Universidade Nove de Julho – UNINOVE

São Paulo – Brasil

José Eduardo de Oliveira Santos

E-mail: edusantos1959@gmail.com

Universidade Nove de Julho – UNINOVE

São Paulo – Brasil

RESUMO

Depois da queda da cortina de ferro, a economia e as divisões de trabalho se modificaram, a expansão da mão de obra de trabalho e a perspectiva em relação a extensão do conhecimento também se modificaram. O feitiço dessa nova abordagem do trabalho no mundo capitalista fez com que a economia e conhecimento ficasse cada vez mais sem fronteiras. Com o avanço tecnológico e científico, a estrada do conhecimento se torna, ainda mais, um espaço de disputas de poder e de influências; tornando assim necessárias políticas educacionais que fossem capazes de atender e desenvolver ações e projetos que viabilizassem uma mobilidade de qualidade e que não reproduzissem apenas a educação mercantil. Neste texto perseguiremos um novo aspecto do conceito de internacionalização que começa a se despertar no Brasil, pois a Universidade Federal do ABC (UFABC), uma universidade nova e com uma perspectiva de universidade do século 21; fortemente influenciada pelo processo de Bolonha e organização estadunidense de universidade. Vem se destacando nos Ranking de internacionalização. A universidade em si, tem como fundamento primordial a formação integral do estudante em sua carreira profissional. Neste sentido, como a UFABC tem mediado o processo de internacionalização dos estudantes? Dentro desta proposta buscamos compreender essa política, utilizamos o ciclo de políticas do Ball como metodologia analítica das políticas de implementação deste modelo de universidade; partindo dos documentos de fundação: contexto de influência. Nos aportes teóricos para o conceito de internacionalização recorreremos a Manolita (2008), Naomar (2014). Para trabalharmos o conceito de universidade do século XXI recorreremos a Boaventura (2008).

Palavras chave: Internacionalização. Educação Superior. UFABC

ABSTRACT

After the fall of the iron curtain, the economy and labor divisions changed, the expansion of the labor force and the perspective of the extension of knowledge also changed. The shape of this new approach to labor in the capitalist world has made economics and knowledge more and more borderless. With the technological and scientific advance, the stage of knowledge becomes, even more, a space of disputes of power and of influences; thus necessitating educational policies that would be able to attend and develop actions and projects that would enable quality mobility and that would not only reproduce commercial education. In this text, we will pursue a new aspect of the concept of internationalization that is beginning to awaken in Brazil, since the Federal University of ABC (UFABC), a new university with a university perspective of the 21st century; strongly influenced by the Bologna process and the US university organization. It has stood out in the Internationalization Ranking. The university itself, has as its fundamental foundation the integral formation of the student in his professional career. In this sense, how has UFABC mediated the process of internationalization of students? Within this proposal we seek to understand this policy, we use Ball's policy cycle as an analytical methodology for the implementation policies of this university model; starting from the foundation documents: context of influence. In the theoretical contributions for the concept of internationalization we resort to Manolita (2008), Naomar (2014). In order to work on the concept of 21st century university we will turn to Boaventura (2008).

Keywords: Internationalization. College education. UFABC.

INTRODUÇÃO

A partir das inquietações sentidas no trabalho de dissertação de mestrado em curso sobre a educação superior no Brasil. Este trabalho tem como finalidade abordar o ciclo de políticas através da perspectiva de Stephen Ball, no contexto de influência.

O escopo é discutir as influências da criação da Universidade Federal do ABC (UFABC), criada para atender os novos modelos de universidade, difundida no Brasil durante o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que preconizava um modelo de universidade acessível a todos, com propostas políticas pedagógicas diferenciadas dos moldes tradicionais e que atendessem os paradigmas de Universidades para o século XXI. Paradigmas esses que preconizam uma proposta de inclusão e de justiça social para aqueles que historicamente não tiveram direito e acesso à educação superior no país.

Esse novo modelo da UFABC, surgiu rompendo os modelos tradicionais de departamentos comuns da educação superior brasileira, desenvolvendo então uma proposta interdisciplinar que tem por objetivo dinamizar e desenvolver aspectos de excelência a partir dos fundamentos desta Universidade a fim de preconizar qualidade e inovação acadêmica, como forma de estimular a interligação dos diversos elementos do campo acadêmico.

Essa pesquisa utilizou a metodologia do Ciclo de Políticas de Stephen Ball, que parte da concepção de ciclo por conceber que a política segue uma trajetória, e vai se transformando enquanto se move, ocasionando ciclos de repetição. As contribuições de Ball partem de uma perspectiva pós-estruturalista, baseada em Foucault, que interpretam a política fora dos padrões tradicionais e costumeiros, com procedimentos e processos lineares, ordenados e com objetivos e significados bem estabelecidos, mas sim como um processo muito complexo, instável e contraditório, onde os sentidos nem sempre estão expostos a priori, mas sim ocultos implícitos em campos de conflitos, com disputa de valores e interesses que influenciam diretamente no significado e sentido de cada ação desenvolvida.

O Ciclo de Políticas de Ball concebem como cinco contextos, os momentos por onde transitam as políticas, sendo eles traduzidos e interpretados por Mainardes (2006) como contexto de influência, contexto de produção de texto, contexto de prática, contexto dos resultados e efeitos e por último o contexto da estratégia política.

Esse ensaio utiliza apenas o contexto de influencia para compreender as vozes presentes na criação da Universidade Federal do ABC, buscando identificar que aportes contribuíram para a construção desta Universidade.

Este trabalho, assim como preconiza Ball, parte de uma perspectiva pós-estruturalista, exigindo muita pesquisa e significação, pois para compreender os movimentos se faz necessário a desconstrução de certezas de conceitos já existentes, para assim assumir um engajamento crítico na busca de “novas perspectivas e novos princípios explicativos, focalização de práticas cotidianas (micropolíticas), heterogeneidade e pluralismo e articulação entre macro e microcontextos (Mainardes, 2006, p.58).

Assim, tal abordagem parte da concepção que o significado das políticas não é claro, pois em cada fase/contexto existem lutas complexas, de cunho social, econômica, ideológicas etc., que envolvem diversos atores e com os mais variados interesses, sendo impossível ter um significado definitivo e único para a política. Cada ator envolvido nos diversos contextos da política, por exemplo, possui diferentes formas de interpretar, implementar e/ou implantar a política.

Assim, esse ensaio assumiu essa complexa tarefa de investigar quais os movimentos e contextos influenciaram a criação da Universidade Federal do Grande ABC. Sendo necessário resgatar fatos históricos, contexto político, condições econômicas, princípios ideológicos etc., para compreender em quais condições se deu a concepção desta Universidade, com um princípio diferenciado e ao mesmo tempo inovador, para os padrões vistos até então.

Para iniciar a contextualização se faz necessário fazer uma ressalva para descrever a região a qual foi criada a Universidade, pois está localizada no Grande ABC paulista, centro de indústrias automobilísticas multinacionais com um histórico de população imigrantes para trabalho nestas metalúrgicas, com sindicatos fortes que deram origem a diversas greves pelo direito do trabalhador, sendo o berço do Partido dos Trabalhadores (PT), a qual mais tarde o seu representante, um sindicalista de profissão torneiro mecânico iria se tornar o Presidente do Brasil (Lula) e idealizar o conceito de Universidade Popular.

1. A EVOLUÇÃO CONCEITUAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

São muitas definições e uma diversidade de autores encontrados por Morosini que compreendem a internacionalização, desta forma, destaca Bartell (2003 *apud* Morosini, 2006) o autor conceitual Internacionalização como trocas internacionais relacionadas a educação e a Globalização; outros teóricos, segundo Morosini (2006), “identificam internacionalização como um processo na universidade como um todo” (p. 116).

Para Marginson e Rhoades (2002 *apud* MOROSINI, 2006) a conceituação a internacionalização como “a globalização do ensino superior” (idem), devido ao aumento da integração de sistemas de ensino, trabalham com o conceito de capitalismo acadêmico como relata Morosini (2006).

Para Green e Eckel (2002 *apud* MOROSINI, 2006), destaca que o conceito de Globalização tem em seu cerne ambiguidade e que acarretam na dominação de nações, perda de identidade da cultura, “implica na hegemonia do sistema capitalista”.

Em consonância Altbach (2002 *apud* MOROSINI, 2006), traz alertas importantes sobre o domínio exercido pelas multinacionais e a visão comercial sobre a educação transformando a internacionalização em um subordinado de lucro, tornando a internacionalização da educação um correspondente as exigências de mercado.

Ainda em acordo com Altbach, Morosini destaca Teichler (2004 *apud* Morosini, 2006), no qual define internacionalização e traz advertências sobre “Crescentes atividades além – fronteira entre os sistemas nacionais de educação superior” espaçando a globalizando” (p.116);

Para além destas conceituações Morosini (2006) destaca outras vertentes do conceito como: “resistências aos processos de internacionalização examinado o caso USA e do Mexico; internacionalização como meio para a igualdade universitária; e a minimização da pobreza, a amplitude do acesso e da distribuição de recursos” (p.117).

As considerações de Morosini (2006) desta a importância da lucidez sobre o entendimento de possíveis armadilhas, desigualdades, desconstrução de identidade nacional entre outras problemáticas que a globalização ocasiona com os países consumidores de educação pós secundários como o Brasil. Destacando a importância da racionalidade sobre como diz em sua palavra “irracionalidade global”.

No Brasil, Desde a colônia brasileira os processos de mobilidade de estudantes ocorreram, tendo em vista a vinda dos jesuítas ao Brasil e a ida de membros da elite nacional ao exterior para os estudos superiores, em especial a Coimbra. Porém, a partir da década de 30,

os processos de internacionalização se intensificam, como destacam Lima e Contel (2011, p.157):

É possível assegurar que, de 1930 aos dias atuais, o processo de internacionalização no Brasil sofreu sucessivas modificações. Elas foram decorrentes de fatores internos, tais como: heterogeneidade do sistema de educação superior brasileiro, descontinuidade política entre os diferentes governos, transformação de necessidade identificadas e consequente alteração de motivações que justificavam investimento em política de internacionalização, a maior ou menor disponibilidade de recursos financeiros etc.; de caráter externo, podem ser citados: interesse de natureza acadêmica, política e econômica.

De acordo com esses autores, o histórico de internacionalização da educação superior no Brasil foi marcado por diversos períodos e distintos significados: O chamado período inaugural da internacionalização no Brasil se deu a partir 1930 a meados de 1950, mediante a fundação de instituições universitárias como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fundada no ano de 1920; a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), criada em 1928; foi criada também a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no ano de 1934 e a Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934 (LIMA; CONTEL, 2011; CUNHA, 2007).

A fundação dessas quatro universidades no país deu início à política nacional de cooperação internacional no Brasil, tendo como principais motivações desse período a atração e presença de professores visitantes nas universidades do país, por meio de programas de cooperação acadêmica internacional promovidos por universidades estrangeiras e brasileiras. A motivação do período foi acadêmica, tendo em vista a necessidade de consolidar os modelos emergentes de universidade. A intenção dos governos de então era o fortalecimento das novas universidades, recém-criadas, influenciadas por dois modelos acadêmicos de universidade, como afirmam Lima e Contel (2011, p. 161):

A influência exercida pela cultura acadêmica francesa associada à universidade do poder, e pela universidade americana, associada à universidade do progresso na formação do sistema universitário do País é retratada por vários autores, que contribuíram com a historiografia da universidade brasileira (Cunha, 2007; Rossato, 1998; Ribeiro, 1991, entre outros). Enquanto a presença de intelectuais franceses se orientou por propósitos eminentemente acadêmicos, a presença de consultores norte-americanos foi mais pretenciosa. A ação desses consultores objetivava fundamentalmente influir sobre os rumos da educação no país, considerando os diferentes níveis do processo educativo, ou seja, a formação de professores, a estruturação de currículos, a gestão universitária e, no âmbito do Ministério da Educação, sobre a concepção e estruturação do sistema de educação superior.

Acordos de cooperação revelavam pretensões ambiciosas do ponto de vista de desenvolvimento da educação superior no país: do lado francês, os acordos de cooperação trouxeram influências nas áreas das ciências humanas e sociais dessas universidades; do lado norte-americano destaca-se o lançamento de um programa de cooperação e de assistência técnica em 1949 que desencadeou a assinatura de dois protocolos: o Acordo Básico de Cooperação Técnica, no ano de 1950; e o Acordo sobre Serviços Técnicos Especiais, de 1953 (LIMA; CONTEL, 2011).

Esse desenho geopolítico se intensifica no segundo período reformista, que podemos delimitar entre os anos de 1960 até os de 1970, em que o processo de internacionalização da educação superior brasileira é marcado pela presença de consultores com a formalização, em 1961, do Tratado da Aliança para o Progresso e da execução dos projetos da United States Agency for International Development (USAID), motivados pela “modernização” dos estudantes brasileiros - o foco principal dos consultores era a formação de recursos humanos para o aumento de produção industrial e agrícola.

Nesse mesmo ano, no Brasil, cria-se a Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso (COCAP). Os consultores de origem anglo-americana tinham em vista a criação de “um programa de modernização da educação superior da educação superior, particularmente comprometido com a formulação de um projeto de reforma da universidade brasileira” (LIMA; CONTEL, 2011, p. 168). De acordo com esses autores, foram concedidas pelo Acordo MEC-USAID 3.800 bolsas de estudos, para mestrado e doutorado em universidades estadunidenses. O Acordo implicou financiamento de editoras, universidades e institutos, para incremento da pesquisa científica e tecnológica brasileira.

O terceiro período, entre 1980 e 1990, foi de consolidação, que marca a expansão da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Foi marcado pelo despertar em relação à subordinação exercida nos processos de cooperação, período que inaugurou a modificação do modo de cooperar, numa tentativa mais “igualitária”, como afirmam Lima e Contel (2011, p. 172):

Esse movimento de afirmação de parte da comunidade acadêmica brasileira, em busca de uma integração mais equilibrada no sistema mundial de educação superior, está em curso porque, mesmo no âmbito acadêmico, as relações hierárquicas Norte-Sul tendem a se reproduzir. No caso do processo de internacionalização da educação, essas desigualdades entre as posições de prestígio e poder das instituições e dos acadêmicos dos países centrais são identificadas como expressões de uma espécie de colonialismo moderno.

Os organismos nacionais concentraram esforços na implementação de programas centrados nas ciências e na tecnologia: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação e Cultura; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Agência Brasileira de Cooperação (ABC); Divisão de Temas Educacionais (DCE) do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

A estrutura organizada nesse período, com a instituição de um sistema de pós-graduação de razoável envergadura, prepara o país para a conquista de resultados consideráveis nos *rankings* internacionais da virada do milênio: o Academic Ranking of World Universities (ARWU), do Instituto de Ensino Superior da Shanghai Jiao Tong University e o Times Higher Education World Universities rankings, desenvolvido pelo jornal Times, ficando entre as 500 melhores universidades do mundo (LIMA; CONTEL, 2011).

O quarto período reformista parte dos anos 2000, no qual se “reflete o amadurecimento da internacionalização testada e financiada pelas instâncias governamentais e os primeiros passos da internacionalização gestada pela iniciativa privada” (LIMA; CONTEL, 2011, p. 158).

O período demarca a abertura da comercialização da educação superior como um serviço, a criação de universidades federais com objetivos de integração regional, a concessão de bolsas de estudos para áreas sem tradição de pesquisa, além de programas de cooperação internacional em pesquisa. Segundo Lima e Contel (2011, p. 160), as motivações foram:

Acadêmica, econômica e mercadológica: inserção internacional dos programas de pós-graduação *Stricto sensu*; incremento da pesquisa de ponta em áreas estratégicas; diferencial competitivo de algumas instituições ou de alguns cursos; captação de estudantes e contratação de professores visitantes.

Nesse período o país tem mais abertura a iniciativas mercadológicas na educação, baseado na diversificação de serviços educacionais, por meio de verdadeiras multinacionais do ensino como Kroton Educacional, Estácio Participações S.A e Sistema Educacional Brasileiro S/A (SEB).

2. O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC)

O contexto de influência, utilizando a metodologia de pesquisa criada por Stephen Ball, esse ensaio utilizará o contexto de influência para compreender as tendências presentes na política de implantação da UFABC, buscando traços que possam indicar sua origem tanto através de influências nacionais como internacionais, os grupos de interesses representados na formulação, assim como a descrição do momento político, econômico e social a qual esta Universidade foi criada.

O cenário pós-segunda guerra mundial (1945) necessitou de planos de ação capazes de recuperar os países que foram devastados por este conflito. Emergiram então, diversas entidades originárias da união de diversos países desenvolvidos com proposta de traçar metas para a superação econômica dos países emergentes.

Neste contexto, surgiram as agências multilaterais, como a Organizações das Nações Unidas (ONU) que influenciaram diretamente a política de educação superior mundial, com o foco em auxiliar a estabelecer a ordem social e política global. Banco Mundial, caracterizada por ser uma instituição financeira que fornece subsídios para países em desenvolvimento, assim como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que contribui para promover políticas que em seu *slogan* almejam além do desenvolvimento econômico e bem-estar social.

Nesse sentido a Universidade que antes era vista como fonte única do conhecimento e da ciência assume uma nova configuração tendo em vista as recomendações dessas agências, diante dessa nova organização do sistema mundial econômico.

Corroborando para esse movimento o processo de Bolonha desempenhou um papel importante para a globalização da educação superior enquanto estrutura de formação dos quadros políticos, econômicos e sociais da sociedade contemporânea. É importante destacar que a declaração de Bolonha de 19 de junho de 1999 contribuiu para o processo de Bolonha, este que tem em seu cerne a unificação da educação.

O processo de Bolonha se caracteriza por ser um documento assinado pelos Ministros da Educação, assinado por vinte e nove países europeus, no intuito de criar o Espaço Europeu de Ensino Superior, com função de estabelecer o espaço comum no terreno da educação superior europeia.

Faz-se necessário ressaltar, que neste período o Brasil, que teve a implantação de uma educação superior tardia nos moldes tradicionais europeus, devido a colonização; ainda não possuía uma estrutura de educação superior que abarcasse a inclusão e as tendências dos

modelos de educação superior para o século XXI. As “reformas” da educação superior nunca ocorreram de fato, apenas reorganização em detrimento as ações políticas e socioeconômicas do país.

Neste período, entre 1980 e 1999, o Brasil passava por grandes transições econômicas, sociais e políticas, principalmente na região do ABC paulista, marcada por movimentos políticos e sociais, passavam por um processo de desindustrialização, surgindo das chamadas políticas liberalizantes após o Consenso de Washington, que no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) teve grande impacto devido a abertura para o capital externo, e também as conversões econômicas e mudanças de câmbio (Plano Real/Governo Collor), governo até então com perspectivas neoliberais.

Esse conceito de desindustrialização remete a transformações econômicas, de acordo com Rowthorn (*apud* OREIRO e FEIJÓ, 2010) é um processo que desencadeia a redução de emprego, devido ao câmbio do trabalho unicamente centrado em indústrias para serviços, como por exemplo, a substituição de empregos no setor industrial para a abertura de serviços terceirizados e comerciais como a chegada do mercado *WalMart*, *Sam's Club* para a região pois o Grande ABC Paulista que abrigava indústrias automotivas *Mercedes Benz*, *Volkswagen*, *Ford*, *General Motors*, *Scannia* etc. Este processo foi tardio no Brasil e na América Latina, o que no Brasil aconteceu nos anos 90, os países chamados “primeiro mundo” passaram por esse processo na década de 70, do século XX.

Porém essa região manifestava necessidade de mudanças diante das modificações e dos processos sofridos no mundo do trabalho, influenciando diretamente a carência da formação superior que a partir deste momento contribuiu para formação dos quadros políticos, sociais e econômicos locais. Indo de encontro com todas essas modificações surgiram organismos como o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Dadas as inúmeras reivindicações sociais e sindicais.

Os movimentos sociais do ABC reivindicaram uma Universidade pública na região, tendo em vista que em todo o seu histórico desde a colonização não tiveram nenhuma universidade pública, apenas universidades privadas.

Com a eleição ganha do presidente de cariz popular, fundador do partido dos trabalhadores, possuindo um compromisso local por emergir dos campos industriais e ser da classe operária, inclui na sua agenda política alguns elementos importantes que influenciaram a estrutura e tendências de paradigmas de educação superior no país. Dentre eles, programas como o Sistema Nacional de Educação Superior (SINAES), a expansão da universidade aberta no Brasil, a Lei de Inovação Tecnológica, também deu aderência aos chamados “pacotes de

autonomia”, a criação de programas que proporcionava acesso dos alunos oriundos de escolas públicas à educação superior através do PROUNI e SISU.

Assim, a UFABC nasceu com um projeto inicial ainda nos berços da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sendo um dos idealizadores Luiz Bevilacqua, entre outros pesquisadores do grupo COPPE (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa da UFRJ) que preconizaram um projeto de iniciação tecnológica com pretensão de uma nova estrutura proposta de democratização para a política da educação superior que permeou os condutos da elaboração do projeto.

Ainda nos contextos que influenciaram a criação da universidade federal do ABC, o Manifesto de Angra (1998), contribui para o modelo a ser criado:

No umbral do século 21 e no atual contexto internacional, o bem mais precioso com que conta um país é o seu capital humano. Investimentos em educação, ciência e tecnologia, em harmonia com um projeto nacional, representam a melhor estratégia para atingir esse ideal (Manifesto de Angra, 1998, p.2).

Posteriormente, no ano de 2004, solicitado pelo Ministério da Educação (MEC) colaborando com o debate para a reforma do ensino superior mediado pela academia brasileira de ciências (ABC) é organizado um grupo de trabalho para a elaboração de um documento sobre os seguintes temas: papel da universidade, autonomia, acesso e permanência, financiamento, avaliação, conteúdos e programas, estrutura e gestão. Esses foram os sete temas apresentados pelo MEC para a reforma da discussão do ensino superior no Brasil, tendo participação direta da ABC entre outras entidades ligadas a educação superior no Brasil.

Os subsídios da reforma da educação superior tomaram, a partir dos sete temas, sua estrutura, subdividida em comissões que reorganizaram os temas em três partes, sendo elas: I- ingresso, permanência e paradigma curricular; II- Avaliação e financiamento e III- autonomia, estrutura e gestão.

O objetivo do documento era contribuir para a implantação de um sistema de ensino superior “adaptado ao rápido desenvolvimento no mundo atual e que possa realizar plenamente o papel de esteio fundamental para o desenvolvimento do nosso país” (Subsídios para a Reforma da Educação Superior, 2004, p.04).

Diante destas vertentes vemos que os documentos produzidos inferiam na criação de um modelo de universidade diferenciada que fosse capaz de se sustentar diante das exigências

colocadas pelas agências externas e que pudesse também dar conta do contingente e da necessidade de formação do quadro social brasileiro.

O documento discute para além dos movimentos reformistas, apresentando algumas ideias centrais, incluindo a análise da missão da universidade na sociedade atual e da proposta para formação que deve oferecer.

Inspirado em modelos de universidade estadunidense, o documento discute o movimento de reforma não só na estrutura diante do mercado capitalista e das necessárias adaptações a ele, mas também em seus fundamentos e pilares, como o ensino a pesquisa e a extensão.

Nesse sentido a universidade brasileira começa a ser pensada a partir de outros moldes que “a universidade não pode mais visar treinar o profissional pronto e acabado para uma determinada função” (idem, p.14). O novo paradigma de universidade visa a inter-relação do sujeito entre o mundo do trabalho e a vida. Para isso a integração e o ingresso e permanência deverá ser democratizado e não apenas benefício de poucos, mas parte legítima de um bem público humano.

Emerge-se então uma universidade que deverá ter em sua gênese um novo currículo, uma nova estrutura e um novo objetivo que busque atender as necessidades da sociedade que a cerca, pois em seu discurso deverá ter posse de conceitos e métodos que dialogam com a capacidade de pensar, valorizando as inter-relações sem descaracterizar-se diante da inclusão com qualidade e diversidade.

O documento em si carrega fundamentos necessários e propostas de uma “lei para a autonomia universitária, dispondo sobre a organização e avaliação e autonomia das universidades federais” (Subsídios para a reforma da Educação superior, 2004, p.25).

A UFABC surge diante deste cenário de reformas e contrarreformas, sendo ela o paradigma de educação superior para as outras universidades criadas posteriormente a partir da Restruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Assinada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva a lei nº 13.110 de 25 de março de 2005, que foi publicado no Diário Oficial da União nº 58 (26 de março de 2005), cria-se então a Universidade Federal do ABC.

De acordo com a revisão de literatura realizada para a construção do projeto de pesquisa em curso, constatou-se que o professor Bevilacqua, em conjunto com a comissão que compôs, reuniu forças na configuração de uma nova identidade e um novo paradigma de ensino, que rompendo com o modelo tradicional pudesse tornar a UFABC um projeto inserido no desenvolvimento regional, espaço de excelência da pesquisa e tecnologia, objetivo conquistado segundo os dados a seguir:

Está em primeiro lugar entre as universidades brasileiras no Ranking SCImago nos quesitos “Excelência em Pesquisa”, “Publicações de alta qualidade” e “Impacto normalizado das suas publicações”.

Na avaliação do Índice Geral de Cursos (IGC) do MEC que avalia infraestrutura, corpo docente, e nota dos formandos no ENADE foi considerada melhor universidade do Estado de São Paulo, sendo avaliada como a 1ª no ranking de cursos de graduação entre todas as universidades do Brasil.

Ocupa o 1º lugar entre as universidades brasileiras no quesito "Internacionalização" no Ranking Universitário Folha 2013.

É a única universidade federal brasileira com 100% de professores doutores e a segunda universidade brasileira nesse quesito.

Durante os anos 2010 e 2011, foi à única universidade brasileira com fator de impacto médio em publicações científicas acima da média mundial segundo a *SCImago Institutions*

Rankings (Adaptado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_do_ABC).

Como pudemos ver no descritivo histórico apresentado, o Brasil, desde a colonização, carrega a marca da desigualdade social latente, o extermínio dos indígenas, o flagelo da escravidão, da imigração estrangeiros, a incipiente industrialização nacional foram processos que redundaram também na desigualdade educacional, no caso do Ensino Superior. A partir do primeiro governo de Lula (2003/ 2007), nesse campo, a bandeira de equidade se estampou na Reforma do Ensino Superior de 2003 e na criação da UFABC em 2005.

A ideia inicial de criação da Universidade Federal do ABC surgiu por meio de um grupo de pesquisadores do COPPE (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia), da UFRJ, conforme relata Christóvão:

Durante 12 anos consecutivos, ao longo de três gestões efetuaram várias tentativas para que o projeto pudesse ser implementado na UFRJ. Em 2004, O prof. Dr. Nelson Maculan deixa a Reitoria da UFRJ para assumir a Diretoria da Secretaria de Educação Superior região do ABC o modelo de universidade já proposto à UFRJ. Por ser uma universidade que iniciaria suas atividades o nível de dificuldades operacional e para disseminação de uma cultura inovadora seria menor.(2013, p. 51).

A proposta foi consolidada no encaminhamento pelo Ministério da Educação (MEC) ao Congresso Nacional de Projeto de Lei 3962/2004 que previa sua constituição. A Lei, aprovada e sancionada pelo Presidente da República foi publicada no Diário Oficial da União em 26 de julho de 2005 com o Nº 11.145, sendo posteriormente reformulada pela lei número Nº 13.110/15.

A fundamentação legal que regulamenta o funcionamento da UFABC é expressa por meio do Estatuto, aprovado pela Resolução Nº 62, de 4 de maio de 2011, e o Regimento Geral que regula aspectos de organização e funcionamento dos âmbitos administrativos e político da Universidade, admitido pela Resolução ConsUni Nº 63, de 30 de maio de 2011.

O compromisso social da instituição está presente em seus documentos, programas, currículos, planos de gestão como um interlocutor para o desenvolvimento da região no contexto global atual.

Considerando que está situada na região do Grande ABC Paulista, historicamente caracterizada como berço da indústria automobilística no país, setor que representa o quinto maior mercado consumidor do Brasil. Nascido nos anos de 1950 com a instalação de fábricas de várias marcas internacionais de automóveis, responsáveis pela montagem de veículos automotores, esse polo industrial foi fortemente atingido pela globalização da economia ao lado do rápido desenvolvimento tecnológico, em especial, a robótica que substituiu trabalho humano nesse tipo de processo industrial.

Com a desconcentração da indústria, em busca de novos mercados de produtos e de mão de obra, as fábricas, agora modernizadas pelo impulso tecnológico abandonaram. A região que, foi se tornando, cada vez mais, focada numa economia local de comércio e serviço, exigindo permanente especialização da mão de obra, tanto para o que restou da indústria, quanto para os setores emergentes. Além disso, na região houve um amplo crescimento do terceiro setor e da atuação dos governos locais, ampliando a necessidade de serviços sociais respondentes ao crescimento das demandas e concentração de população urbana.

A democratização política também expandiu a exigência formativa, a educação e a escolarização são, agora, reivindicadas como direitos e a formação cultural exigida para a participação social também se amplia, além de revalorizar saberes populares, muito tempo alijados dos espaços escolares e culturais das cidades na lógica capitalista que vai sendo imposta.

Esse processo regional dará protagonismo a novos conjuntos de atores sociais que necessitam ampliar suas possibilidades de inserção social, interagir com novas exigências de sobrevivência e convivência com a diversidade cultural que se concentra nas zonas metropolitanas, desde o século XX.

São esses atores que a UFABC projeta receber, contribuindo para gerar condições que estimulem o desenvolvimento da região, com crescimento sustentável e produção do conhecimento científico, técnico, tecnológica e social capaz de estabelecer uma cultura

participativa, solidária que incorpora, no processo de globalização, as possibilidades de oportunidades equitativas para todos.

Essa Universidade Federal acolhe os vários atores locais com uma política de inclusão, desde seus estatutos e planos de desenvolvimento, nos quais busca o resgate social ao lado da excelência acadêmica na formação de uma base profissional e no investimento em uma relação com a região do ABC, destacado em seus documentos fundacionais.

Em seu PDI (Brasil, UFABC, PDI 2013-2022, p.62)¹ ela apresenta metas para o desenvolvimento, sobre a proposta de internacionalização. Ela se propõe a mobilidade estudantil de duas formas – endógena e exógena, de dentro da UFABC, para universidades conveniadas, e de universidades parceiras para a UFABC. Os acordos são feitos por convênios de cooperação técnica que visa “a criação de uma política de intercambio interuniversitário” (p.62).

A UFABC conta com uma assessoria de relações internacionais da Reitoria, que juntamente com o ConsEPE (conselho de pesquisa e extensão) articulam a mobilidade externa e interna. Os programas desenvolvidos são o programa Andifes; programa de mobilidade nacional, programa de licenciaturas internacionais, programa ciências sem fronteiras. Também diante de convênios nacionais conta com o programa de mobilidade nacional Santander Andifes², “ ainda disponibiliza bolsas para os alunos cursarem disciplinas em outras instituições federais.

Considera a internacionalização primordial para o desenvolvimento deste novo modelo de universidade, que integra o conceito de excelência mundial. Porém o entendimento é ampliado. As suas iniciativas se destaca em (PDI- 2013-2022, p.65):

Estudar e organizar uma estrutura de coordenação da Mobilidade Acadêmica e Internacionalização, entendendo que tais ações demandam instrumentos específicos e integrados para o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. Capacitar todos os servidores na língua inglesa e outras línguas necessárias à comunicação da UFABC com parceiros externos e visitantes.

¹ Neste texto nos restringiremos apenas aos aspectos da mobilidade acadêmica e internacionalização da UFABC.

² “O PROGRAMA ANDIFES DE MOBILIDADE ACADÊMICA alcança somente alunos regularmente matriculados em cursos de graduação de universidades federais, que tenham concluído pelo menos vinte por cento da carga horária de integralização do curso de origem e ter no máximo duas reprovações acumuladas nos dois períodos letivos que antecedem o pedido de mobilidade. Este Convênio não se aplica a pedidos de transferência de alunos entre as IFES, que serão enquadrados em normas específicas. O aluno participante deste Convênio terá vínculo temporário com a IFES receptora, dependendo, para isto, da existência de disponibilidade de vaga e das possibilidades de matrícula na(s) disciplina(s) pretendida(s)”. Ementa disponível em: <http://www.andifes.org.br/mob-academica/>. Acesso em 04/05/2017.

Fortalecer os mecanismos de aquisição de segunda língua para alunos da UFABC e de português para estrangeiros.

Organizar programa de docentes e pesquisadores visitantes, criando facilidades e estímulo para atrair docentes e pesquisadores estrangeiros de alta competência em suas áreas.

Estimular os programas de cooperação científica e tecnológica com instituições e empresas estrangeiras.

Estabelecer mecanismos jurídicos e acadêmicos que garantam a mobilidade externa para inserção de egressos dos BIs da UFABC em cursos específicos de IES parceiras e a mobilidade interna de outras IES para os cursos específicos pós-BIs da UFABC. Importante frisar também que, além da mobilidade internacional de nossos.

O programa de idiomas da universidade também tem grande contribuição a política de internacionalização; os programas de idiomas sem fronteiras, de idioma da UFABC estão em desenvolvimento; a UFABC assume o compromisso de preparar os alunos e também a comunidade para a inter-relação no intuito de preparar os alunos tanto para acolhimento dos alunos estrangeiros(que aprendem português, dentro do programa como também apoiar a adaptação dos alunos brasileiros, que participam dos programas de mobilidade. Atualmente contando com cursos de inglês, francês, espanhol, italiano e alemão. Os cursos são concedidos por voluntários e em grande parte são professores que se predispõe ao ensino.

Em seu projeto pedagógico destaca o processo de acreditação das disciplinas cursadas e também em cursos realizados em outra Universidade. Atualmente ela se encontra em primeiro lugar no ranking RUF³, na categoria de internacionalização; mediante aos resultados prévios entendemos que as relações, contato e parceria da UFABC com outras universidades, tem sido um movimento de construção de conhecimento, mediante a sua singularidade e seu conceito de excelência.

O incentivo a internacionalização também se estende aos docentes das instituições, tanto a recepção dos mesmo na UFABC, quanto ao incentivo de pós – doc. Aos docentes da universidade em universidade parceiras.

A fim de ilustrarmos a relação da UFABC com o processo de internacionalização, seguem alguns documentos para a apreciação dos dados:

³ O indicador da categoria internacionalização: número de publicações por docente e publicações de co-autoria dos docentes e docentes estrangeiros. Disponível em: <http://ruf.folha.uol.com.br/2015/ranking-deuniversidades/subindicadores/internacionalizacao/> acesso em: 03/05/2012

Resultados da UFABC nos rankings nacionais e internacionais (*ARI, Quick Facts, 2017*):

- a) Em 2010 Scimago ranking de produção científica
- b) no ano de 2012 Ranking Webometrics: entre os 7% melhores do mundo
- c) Avaliação do Ministério da Educação (MEC) de 2012: pontuação máxima em todos os programas de graduação
- d) no ano 2013 Scimago: mais citado no Brasil
- e) o RUF 2013 (ranking brasileiro): número 1 em internacionalização
- f) 2014 CWTS: uma das mais citadas no Brasil
- g) 2015 CWUR: 15 no Brasil, 961 em todo o mundo (apenas universidade "jovem" do Brasil)
- h) em 2016 Ranking América Latina: 18º na América Latina
- i) ainda em 2016 Ranking World University: 601-800th range

Consolidando a sua identidade como universidade de excelência, a UFABC recebeu o primeiro lugar no ranking universitário Folha de São Paulo, devido a quantidade citações internacionais por docente e terceiro lugar pela quantidade publicação em coautoria.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo destacar a importância da internacionalização na educação superior brasileira, e a sua evolução em relação a transformação e modificação para o desenvolvimento e construção de uma sociedade justa e igualitária.

A pesquisa realizada a partir da revisão de bibliografia traz os resultados preliminares da pesquisa ao analisar os documentos norteadores e influenciadores para a criação de um novo modelo de educação superior no Brasil. Porém, diante da situação econômica e política atual a tentativa de persistência deste modelo está ameaçada. A estrutura de educação superior no Brasil que foge dos moldes tradicionais tem intensas adversidades e dificuldades para aceitação. A Universidade Federal do ABC sendo pioneira no Brasil e ousada em sua proposta político-pedagógico e em seu projeto de desenvolvimento institucional estabelece-se como uma forma de resistência aos modelos tradicionais.

Naomar Almeida Filho (2008) destaca em seu texto que nem Harvard e nem Bolonha caracteriza o modelo de educação superior no Brasil. As Instituições de educação superior no Brasil desde o seu fundamento apresentam traços singulares que não se encaixam nos modelos eurocêntricos ou hegemônicos, mas que diante da particularidade que o Brasil possui necessita-se pensar em modelos de universidades do século XXI que sejam capazes de abarcar as diversas demandas externas, sem perder a exigências locais.

O novo modelo prevê uma educação superior modular, flexível e progressiva, com mobilidade intra e interinstitucional a ser implantada gradualmente, garantindo, nessa transição, articulação e mobilidade com modelo de progressão linear atualmente vigente (Santos & Almeida, 2008, p.232).

Entendemos que o fato de a Universidade Federal do ABC resultar de um processo de formulação – de autoridades educacionais federais e de instituições nacionais de cientistas e acadêmicos – e pautado nas tarefas políticas da inclusão da diversidade cultural e epistemológica, de reformulação das matrizes político- institucionais e político-pedagógicas, da interiorização, do atendimento à demanda reprimida de públicos excluídos do nível superior (afrodescendentes, quilombolas, egressos da escola pública) e de estar em primeiro lugar no Ranking Universitário da Folha de S. Paulo, desse modo buscando desenhar um projeto inovador de universidade para o século XXI (cf., por exemplo, Carta Pública “Subsídios para a Reforma do Ensino Superior”, da Academia Brasileira de Ciências, de 2004, e Manifesto de Angra, de 1998), ela aponta, potencialmente, perspectivas e tendências de reconfiguração da universidade brasileira

As principais conclusões, até aqui, dão conta de que a política de internacionalização da Instituição constitui uma estrutura orgânica, vinculada ao projeto institucional, mas que se debate entre as necessidades e especificidades locais / nacionais e as proposições de políticas de internacionalização que se valem de perspectivas e processos hegemônicos.

Este texto foi produzido, no intuito de contribuir para a reflexão da pesquisa em curso sobre a internacionalização como foco importante na proposta inclusiva, multicultural e aberta a várias possibilidades epistemológicas da UFABC, instituição com 10 anos de existência com excelentes resultados, além do permanente diagnóstico e da intervenção na sociedade, gerando hipóteses novas para a atuação do Ensino Superior no Sec. XXI.

REFERÊNCIAS

- ANAU, Roberto Vital. **As Transformações economias no Grande ABC de 1980 a 1999**. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v.11, p.46-59, 2002.
- BALL, S. J. **Education reform: a critical and post structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BALL. S.J & MAINARDES, J. **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo Editora Cortez, 2011.
- BALL. S.J. **The Policy Cycle/policy analysis**. Disponível em: <http://www.ustream.tv/recorded/2522493>. Acesso em 14/07/2016. Palestra foi promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PROPED/UERJ no dia 09/11/2009, na UERJ.
- BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior – Las lecciones derivadas de la experiência**. Washington, 1994. Disponível em: <http://www.bancomundial.org.br>. Acesso em: 9 abr, 2010.
- _____. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. O Estado em um mundo em transformação.1997. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/634101468162557539/pdf/341310PORTUGUE18213137771701PUBLIC1.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2010.
- _____. **Documento estratégico do Banco Mundial**. A educação na América Latina e Caribe. 1999. Disponível em: <http://www.bancomundial.org.br>. Acesso em: 8 abr. 2010.
- _____. **Construir sociedades de conocimiento: nuevos desafíos para la educación terciaria**. 2002. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/TERTIARYEDUCATION/Resources/Documents/Constructing-Knowledge-Societies/CKS-spanish.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2010.
- BENINCÁ, Dirceu (org.) **Universidade e suas fronteiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- BOTELHO, Adriano. **Do fordismo à produção flexível: a produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. DOI:10.11606/D.8.2000.tde-22052003-224444. Acesso em: 2017-05-08.
- BRASIL. **Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES**. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/institucional/a-andifes/#>. Acesso em: 29 abr. 2017.

BRASIL. **Assessoria de Relações Internacionais.** Disponível em: <http://ri.ufabc.edu.br/index.php/institucional/cri>. Acesso em: 29 abr. 2017.

BRASIL. **Ciência Sem Fronteiras.** Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf>. Acesso em: 29 abr. 2017.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas.** *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2013, vol.18, n.54, pp.761-776. ISSN 1413-2478.

CARVALHO, Tatiana. A universidade e uma nova hegemonia. **Filosofia e Educação**, v. 2, n. 1, p. 276-294, 2010.

CARVALHO, Tatiana. **Universidade Federal do ABC: desafios e possibilidades de um projeto interdisciplinar.**

CARVALHO, Tatiana. **Universidade Federal do ABC: uma nova proposta de universidade pública?**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. DOI:10.11606/D.48.2011.tde-21072011-100910. Acesso em: 29 abr. 2017.

CASTRO, Alda Araújo; CABRAL NETO, Antônio. **O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina.** *Rev. Lusófona de Educação* [online]. 2012, n.21, pp.69-96. ISSN 1645-7250.

MOROSINI, Marília Costa. **Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas.** *Educ. rev.* [online]. 2006, n.28, pp.107-124. ISSN

MOROSINI, Marília Costa. **Internacionalização na produção de conhecimento em IES Brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal.** *Educ. rev.* [online]. 2011, vol.27, n.1, pp.93-112. ISSN 0102-4698.

MOROSINI, Marília Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do. **Internacionalização Da Educação Superior no Brasil: A Produção Recente em Teses E Dissertações.** *Educ. rev.* [online]. 2017, vol.33. Epub 03-Abr-2017. ISSN 0102-4698.

PERROTTA, Daniela. **La dimensión internacional em las actuales condiciones de producción intelectual: entre la potencia creativa y la jaula de hierro.** In: NAIDORF, Judith; MORA, Ricardo. (orgs.). **Las condiciones de la producción intelectual de los académicos em Argentina, Brasil y México.** Buenos Aires, AR: Miño y Dávila, 2012.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE MÉXICO – UNAM. **Programa Internacional de Diálogos sobre deficiência 2017.** Disponível em: http://www.dgcs.unam.mx/boletin/bdboletin/2017_047.html. Acesso em: 29 abr. 2017.